



AS FORÇAS ARMADAS E A AMAZÔNIA

Leonardo Dias de Paula
Lisa S. Barbosa

INFORMES TEMÁTICOS 2021

Organizadoras
Juliana Bigatão
Marina Vitelli

Apresentação

O **Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas (ObDEF)** é um observatório temático da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), constituído por docentes e discentes do curso de Relações Internacionais da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (Eppen), e tem como missão promover o debate público sobre a defesa nacional e as relações civis-militares de forma a contribuir com o semear de uma cultura democrática. Trata-se do mais recente integrante da rede [Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas](#), coordenada pelo Grupo de Estudos da Defesa e Segurança (GEDES) da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

O *ObDEF* é um instrumento de monitoramento da política de defesa brasileira e do papel das forças armadas na sociedade e entre seus campos prioritários de observação estão os materiais veiculados pela grande imprensa brasileira sobre o tema. Nesta publicação "[Informes Temáticos](#)", apresentamos análises de assuntos que ganharam destaque na imprensa brasileira ao longo de 2020, os quais foram identificados a partir da sistematização dos resumos semanais do "Informe Brasil". Tal publicação abarca o período de sete dias de trabalho de redatores e redatoras (de sábado à sexta-feira) e nele os materiais selecionados nos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e Correio Braziliense são agrupados de acordo com a temática e transformados em resumos, nos quais são destacadas as informações atinentes ao enfoque do *ObDEF*. Diferentemente dos resumos dos Informes, que reportam expressamente os conteúdos e as declarações expostas nos jornais, os "[Informes Temáticos](#)" tomam a grande imprensa como objeto de análise, com o intuito de oferecer reflexões a respeito da forma como os veículos midiáticos constroem as funções dos aparatos de defesa e das forças armadas perante o imaginário social. Assim, buscamos observar os veículos de comunicação mais como uma fonte de análise da representação política e social do que de leitura fidedigna do factual.

Na produção dos "Informes Temáticos", contamos com o trabalho sério e competente de docentes e discentes da EPPEN-Unifesp e da Unesp-Franca e de pesquisadoras/es, pós-graduandos e pós-graduandas do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas.

Convidamos toda a comunidade para apreciar os "Informes Temáticos" dos oito temas de maior destaque em 2021 na área de defesa e forças armadas: Ameaças à democracia; As leis de Segurança Nacional e Antiterrorismo; As forças armadas e a pandemia; As forças armadas e a Amazônia; As forças armadas e a segurança pública; Indústria e Orçamento de Defesa; Os militares no governo Bolsonaro; O 7 de setembro.

Deixamos também o convite para ler o [Anuário 2021 Forças Armadas e Defesa no Brasil](#), uma sistematização temática dos resumos dos informes semanais de 2021 e uma análise quantitativa do material jornalístico analisado.

Desejamos uma ótima leitura!

Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas
Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/Unesp)

Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas
Juliana de Paula Bigatão (EPPEN-Unifesp)
Marina Gisela Vitelli (EPPEN-Unifesp)

Equipe Informe Brasil- 2021

Supervisão

Heed Mariano Silva Pereira
Juliana de Paula Bigatão
Laura Meneghim Donadelli
Leonardo Pontes Vinhó

Redação

- Alice Tomazzetti da Silveira
- Beatriz Grasiano Campos
- Davi Campos Matos
- Débora Cruz Silva
- Gabriela Araujo da Silva
- Gabriela Lopes Ferreira
- Giovani Nunes de Aguiar
- Giovanna Palas Soares Santos
- Gislaine Amaral Silva
- Grazielly Dourado Santos
- Guilherme Evaristo R. Macieira
- Henrique Muniz Fernandes
- Isadora Antunes Botelho
- Jonas de Paula Vieira
- Juliana Haniu
- Léa Briese Staschower
- Leonardo Pontes Vinhó
- Leticia Beneves
- Lisa Barbosa
- Lucas Rizzati Iquegami
- Maria Júlia Barbosa S. N. Scandiuzzi
- Marianna Braghini
- Rodrigo Freitas de Souza
- Thalia Cristina Vieira Lima
- Yuugo Gushiken

Créditos das imagens:

Capa: Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Defesa, modificada pelo ObDEF

Contracapa: Centro de Comunicação do Exército Brasileiro

Para citar este informe:

BIGATÃO, J. P.; VITELLI, M. G. (org). DE PAULA, L. D.; BARBOSA, L. S. As forças armadas e a Amazônia. Informe Temático 2021. Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas, 2022.

AS FORÇAS ARMADAS E A AMAZÔNIA

Leonardo Dias de Paula

Mestre em Relações Internacionais pelo
PPG San Tiago Dantas

Lisa S. Barbosa

Mestranda em Relações Internacionais no
PPG San Tiago Dantas;
Bacharel em Relações Internacionais pela UFRR

Em 2021, observamos na Amazônia brasileira a permanência de duas faces agudas da crise múltipla em que vivemos: a destruição da natureza que leva à crise climática que se estende pelo globo e a necessidade de acolher fluxos de migrantes e refugiados. Ambas receberam atenção — embora em intensidade distinta — dos veículos de mídia que acompanhamos durante o ano. A resposta governamental a essas duas crises compartilha uma característica comum ao atual governo brasileiro: a militarização de questões civis e a convocação das forças armadas para missões subsidiárias. Enquanto a política do gabinete de Jair Bolsonaro corrói os instrumentos apropriados para abordar essas questões, estendem-se as funções atribuídas às forças castrenses. Nas páginas deste informe temático, analisamos alguns fatos relevantes para ambas as temáticas, considerando seu desenvolvimento nos estados brasileiros que compõem a região amazônica. Diante de tantos reveses, é uma perspectiva parcial dos acontecimentos do ano; nela, nosso objetivo é trazer a lume a participação de militares em missões que divergem de sua função constitucional. Em paralelo, notamos como o engajamento das forças castrenses se envolve em uma malha política mais ampla, matizada pelos objetivos da extrema direita, que promove a destruição do meio ambiente e, sob tons patrióticos, cria obstáculos para acolher refugiados e reconhecer seus direitos e sua dignidade.



A Amazônia sob as botas, as serras e as chamas

O ano de 2021 se iniciou com a continuidade da anuência governamental para a destruição ambiental no país. Fundamentado em uma perspectiva de exploração do território amazônico que remonta ao período da Ditadura Militar¹, o governo de Jair Bolsonaro continuou a favorecer ações militarizadas e ineficazes para a proteção da biodiversidade nos estados brasileiros que integram a Amazônia Legal. Sob essa investidura, ganham relevo as preocupações sobre a soberania nacional — clivada de um pensamento antiquado e concentrado na defesa das fronteiras — e a tentativa de fazer avançar a exploração econômica dos recursos amazônicos ao custo da preservação ambiental.

O avanço do garimpo, do desmatamento e das queimadas foi acompanhado da intensificação dos conflitos com comunidades locais, sobretudo as de populações indígenas,

¹ No âmbito interno, a região era vista como uma fronteira de recursos naturais. As políticas de integração nacionais visavam a expandir a economia através da exploração de recursos para o mercado internacional. Já no âmbito externo, as preocupações se referiam às vulnerabilidades de uma região “vazia” demograficamente e à cobiça internacional.

de ribeirinhos e de pequenos proprietários rurais. São estas as comunidades no front da crise climática global e mais pressionadas pelo avanço da exploração irrefreável do ambiente. A prioridade atribuída pelo governo às ações militares, associada à redução do orçamento para órgãos como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), bem como ao aparelhamento destes por policiais militares e membros das forças armadas e à censura às ações de combate a crimes ambientais, resulta em uma política inofensiva contra aqueles que movem as engrenagens da destruição do meio ambiente e inserem a exploração da Amazônia nas rodas do capitalismo mundial.

No primeiro semestre de 2021, o encerramento da operação Verde Brasil II foi atribuído por membros do governo a cortes no orçamento do Ministério da Defesa e à impossibilidade de alocar recursos em outras pastas, como o Ministério do Meio Ambiente. Essa operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) tinha como objetivo evitar crimes ambientais, coordenando atividades de outros órgãos de fiscalização. Encerrada em 30 de abril de 2021, estima-se que a manutenção dos militares para essa operação custou cerca de R\$ 410 milhões aos cofres públicos.

Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO)

Operação militar determinada pelo presidente da República, ou por iniciativa dos outros poderes constitucionais (Supremo Tribunal Federal, Senado Federal ou Câmara dos Deputados), de forma episódica, em área preestabelecida e por tempo limitado, com o objetivo de preservar a ordem pública e a segurança das pessoas, quando esgotados os recursos de outras forças militares, ou em outras situações em que se presume possível a perturbação da ordem.

Sua antecessora, a operação Verde Brasil I, iniciada após a promulgação de decreto presidencial em 23 de agosto de 2019, previa a atuação das forças armadas para reprimir delitos ambientais e combater focos de incêndio. Naquele mesmo mês, como medida inócua, o governo federal decidiu proibir as queimadas realizadas por comunidades que dependem da produção rural para sua subsistência; entretanto, como se tornou público à frente, as ações coordenadas para incendiar a floresta partiram de proprietários de terra interessados em expandir sua produção.

Complementarmente, observa-se que, apesar da presença militar na Amazônia por meio dessas operações, os números referentes às queimadas e ao desmatamento não foram positivos. De acordo com dados do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes), em 2021 houve um aumento de 22% nas áreas desmatadas em relação aos números de 2020. Segundo dados do INPE, em 2021 foram detectados por satélite 74.716 focos ativos de calor na região amazônica.

De acordo com especialistas, as operações tiveram resultados pífios, gerando obstáculos ainda mais severos para órgãos de fiscalização como o IBAMA e o ICMBio. Não obstante, o governo federal não ignorou a possibilidade de decretar novas ações militarizadas para a região, mais uma vez estruturadas como operações de GLO.

A Operação Verde Brasil II foi substituída pelo Plano Amazônia 2021/2022. Esse plano foi decretado pelo vice-presidente da República e presidente do Conselho Nacional da Amazônia Legal, general Hamilton Mourão, através da resolução n. 3, de 9 de abril de 2021. De acordo com o documento, o Plano tem como objetivo dar continuidade às ações de fiscalização e combate aos ilícitos ambientais implementadas pelas operações Verde Brasil I e II, e ainda estabelecer diretrizes de atuação no nível federal. Adicionalmente,

o Plano Amazônia também visa a “reduzir até o final de 2022 os ilícitos ambientais e fundiários, particularmente as queimadas e o desmatamento ilegal”. Todavia, assim como nas operações anteriores, o Plano tem se mostrado ineficiente, tendo em vista os números crescentes de áreas desmatadas no território da Amazônia Legal.

Ainda em 2021, a atuação de militares na Amazônia foi outra vez intensificada por meio de nova operação de GLO. Instaurada por meio de decreto no mês de junho e com previsão de encerramento para outubro de 2021, a Operação Samaúma tinha como objetivo combater crimes ambientais em terras indígenas, unidades de preservação ambiental e outras localidades dos estados do Amazonas, do Mato Grosso, do Pará e de Rondônia.

Além da expansão das áreas de desmatamento, o aumento crescente no número de garimpos ilegais e de denúncias oriundas das comunidades indígenas expressam a ineficiência das ações militares na Amazônia. Entretanto, a alta cúpula do governo mantém o discurso dos anos anteriores de que as operações Verde Brasil I e II foram um sucesso. Essa postura negacionista se refletiu não apenas no cenário doméstico, mas também nos fóruns internacionais, como a Assembleia Geral da ONU e a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP26).

Ao longo de 2021, prevaleceram, portanto, as tendências motrizes da política ambiental do governo Bolsonaro: privilégio à expansão capitalista aos custos da destruição do meio ambiente; e militarização das respostas aos crimes ambientais, relegando o investimento em órgãos de fiscalização. De ambas as opções políticas resulta um agravamento das condições ambientais e a opressão às comunidades que dependem da natureza para a sua subsistência, como povos indígenas, populações ribeirinhas e pequenos produtores rurais. A força avassaladora da expansão econômica, coadunada a um governo que nega a necessidade de preservar o meio ambiente, se sobrepõe às preocupações da luta internacional contra a crise climática, tornando o Estado brasileiro um pária.

A destruição das queimadas em Rondônia



Fonte: [IBAMA, 2018](#)

Crise humanitária e o componente militar

No ano de 2021, as atividades subsidiárias exercidas pelas forças armadas na Amazônia também se voltaram para o âmbito humanitário. Essa ação é uma resposta ao intenso fluxo migratório oriundo do cenário de crise econômica, política e social da Venezuela. O país sofreu com um processo migratório massivo nos últimos anos, fluxo este que se deu, majoritariamente, para países latino-americanos.

No caso brasileiro, o estado de Roraima, que possui uma fronteira de 964 quilômetros com a Venezuela, foi a porta de entrada desse fluxo.

O estado possui uma das menores densidades demográficas do país, mercado de trabalho deficitário, além dos sistemas de saúde e educação insuficientes e sucateados, de forma que os impactos da chegada dos contingentes populacionais não conseguiram ser administrados no âmbito estadual.

Portanto, foi necessária a ação do governo federal, cuja resposta frente à crise migratória se deu através da Operação Acolhida, uma operação de GLO. Autorizada pelo então presidente Michel Temer através do decreto nº 9.286 de 2018, a Operação acionou as forças armadas para atividades subsidiárias e de apoio humanitário. E ainda estabeleceu o uso do componente militar para a proteção das instalações e das atividades relacionadas ao acolhimento dos migrantes e refugiados.

Sendo singular a todas as GLOs anteriores, a operação se configura como uma missão de natureza interagência, pois envolve o Exército, a Marinha e a Aeronáutica, em cooperação direta com os órgãos municipais, estaduais e federais, além de Organizações Internacionais Governamentais (OIGs) — com destaque para o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) — Organizações Não-Governamentais (ONGs) e organizações da sociedade civil.

A Acolhida tem como pilares o ordenamento da fronteira, o alojamento de desassistidos e a interiorização dos migrantes para outros estados do país. Para tanto, os objetivos iniciais da operação foram recepcionar, apoiar, identificar, imunizar, abrigar, distribuir alimentos e interiorizar os imigrantes em situação de vulnerabilidade oriundos da crise humanitária venezuelana.

Os números do fluxo migratório venezuelano no Brasil (abril de 2018 a dezembro de 2021)

662.862 entradas no Brasil;
366.746 saídas (para Venezuela e outros países);
81.458 solicitantes de refúgio;
49.857 refúgios reconhecidos;
103.012 residências temporária;
58.425 residências por tempo indeterminado;
346.560 CPFs emitidos.

ESTRATÉGIA DE INTERIORIZAÇÃO

66.257 venezuelanos foram interiorizados;
788 municípios receberam venezuelanos.

Fonte: elaboração própria, com base em: Ministério da Cidadania, Subcomitê Federal para Interiorização (2021); e Plataforma Regional de Coordenação Interagências para Refugiados, Refugiadas e Migrantes da Venezuela, 2021

No âmbito da operação, os militares atuam diretamente no apoio logístico, sendo responsáveis pela organização e pela estrutura dos Postos de Recepção e Identificação e dos Postos de Triagem (nas bases Pacaraima, Boa Vista e Manaus), vacinação na fronteira, estrutura, segurança e alimentação nos abrigos e pelo estabelecimento da logística necessária aos processos de interiorização.



Fonte: [Ministério da Cidadania](#). Autor da foto: Alexandre Manfrim

A fim de abrigar os desassistidos, as forças armadas em parceria com organizações internacionais montaram 13 abrigos em Roraima, sendo dois em Pacaraima e 11 em Boa Vista. Uma singularidade destes é que são abrigos urbanos, ou seja, são montados no meio das cidades. Outra singularidade é a capacidade desses abrigos, que varia desde a ocupação média de 500 pessoas, até o maior abrigo da América Latina, com capacidade para mais de 1000 abrigados. Todavia, os abrigos não são suficientes para comportar todo o contingente populacional e vários migrantes e refugiados se encontram em situação de rua, não apenas em Roraima, mas também no estado vizinho, o Amazonas.

Uma das ações desenvolvidas para diminuir o contingente em Roraima é a estratégia da interiorização, que é gerenciada pelos militares em parceria com OIGs e ONGs e tem como objetivo direcionar os venezuelanos para demais localidades do Brasil. Para participar deste processo, os interessados devem seguir alguns critérios básicos, como a regularidade no país e comprovar que receberam vacinas específicas e obrigatórias. A interiorização também pode ser realizada por meio de demais organismos fora do aparato estatal, principalmente em via de reunificação familiar, social e/ou vagas de emprego sinalizadas.

Militares na Amazônia: os temas na mídia

Ambas as temáticas de que tratamos — militares, Amazônia e a agenda ambiental, e Operação Acolhida — receberam atenção da mídia nacional durante o ano de 2021. Não obstante, a extensão da cobertura e a abordagem aos temas foi variada, de acordo com os veículos analisados e seu interesse no desenrolar das ações. A análise aqui exposta leva em conta a cobertura diária do Correio Braziliense, da Folha de S. Paulo e do O Estado de S. Paulo.

A crise climática recebeu atenção durante todo o ano, com críticas pungentes às políticas do governo para o meio ambiente. A letargia do governo para conter o avanço do desmatamento, das queimadas e de outros crimes ambientais foi assunto recorrente para manchetes e colunas dos jornais que analisamos.

Entre as figuras mais frequentes no noticiário sobre este tema estiveram o presidente da República, Jair Bolsonaro, o vice-presidente,

general Hamilton Mourão, e o ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. As menções a Bolsonaro e Salles foram predominantemente negativas, destacando seu papel nas crises e na política ambiental do governo. Mourão, por outro lado, foi retratado sob matiz ambivalente: ora, como contraponto a Bolsonaro, sobretudo por capitanear o Conselho da Amazônia; ora, como corresponsável pela ação desastrosa do governo na preservação do meio ambiente.

Apesar das críticas ao fracasso das operações de GLO na contenção de crimes ambientais, os jornais analisados não se pronunciaram sobre o desvio da função militar para uma missão subsidiária. Em geral, as manchetes coletadas pelo Informe Brasil foram marcadas por um tom cético quanto às possibilidades de conter o avanço da destruição ecológica.

Entretanto, este tom de preocupação com a crise climática e o meio ambiente desvanece ao visitar outros cadernos dos jornais analisados. Houve menções positivas a empresas como a Braskem — responsável por um iminente desastre ambiental em Alagoas —, e a Vale — companhia de mineração envolvida nos rompimentos de barragens em Brumadinho e Mariana — por ganhos econômicos ou até mesmo por iniciativas de “sustentabilidade”. Anúncios publicitários de outras empresas envolvidas na exploração do meio ambiente também figuraram nas páginas e nas versões digitais de periódicos.

Já sobre a crise humanitária, a importância e a complexidade do cenário não são proporcionais às aparições na mídia. Dentre os periódicos analisados pelo Informe Brasil, foram poucas as notícias veiculadas sobre as ações desenvolvidas no âmbito da Operação Acolhida, apesar da continuidade (e, inclusive, do aumento) das atividades em 2021.

Dentre as notícias sobre a operação, a Folha de S. Paulo noticiou que a Secretaria de Comunicação da Presidência veiculou campanhas nas redes sociais com o mote “Operação Acolhida, o socialismo segrega, o Brasil acolhe”. Importa destacar que Bolsonaro, que sempre expressou críticas à crise humanitária, utilizando-a para atacar o governo venezuelano, agora se utiliza da Operação Acolhida como campanha doméstica e

Conselho da Amazônia

Órgão criado em 1995, no então governo de Fernando Henrique Cardoso, e originalmente subordinado ao Ministério do Meio Ambiente. Apesar do decreto de sua criação no século XX, nunca fora operacionalizado. Em fevereiro de 2020, por meio do [decreto n. 10.239](#), Jair Bolsonaro reativou o Conselho da Amazônia, transferindo-o para a Vice-presidência da República. Entre as atribuições deste conselho está a coordenação de ações ministeriais para “propor políticas e iniciativas relacionadas à preservação, à proteção e ao desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal”, conforme o referido decreto.

internacional, promovendo a Operação Acolhida como um exemplo no acolhimento e na integração de venezuelanos.

Os periódicos analisados também noticiaram pontualmente a estratégia de interiorização dos venezuelanos para outros estados do país. Entre os receptores, se destacam São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, estados com o maior número de vagas de emprego para os migrantes e refugiados. Sobre a interiorização, a Folha de S. Paulo destacou que por mais efetiva que seja a estratégia no sentido de diminuir o contingente populacional em Roraima, ocorrem problemas na integração dos interiorizados nas cidades de destino.

A Folha também abordou como o número de venezuelanos em situação de rua cresceu em 2021, tendo em vista a superlotação dos abrigos e o aumento do fluxo de chegada, que estava contido pelo fechamento da fronteira em 2020 por conta da covid-19.

Os guardiões da floresta: militarização ambiental e humanitária

O governo de Jair Bolsonaro, desde seu ato inicial, tem representado um retorno dos militares ao centro da disputa e do exercício da política partidária. Membros das forças armadas foram convocados para ocupar cargos em diferentes posições do governo — um dos casos mais emblemáticos talvez esteja centrado na inepta condução do Ministério da Saúde pelo general Eduardo Pazuello, ainda no serviço ativo quando assumiu a pasta. Além do comando de ministérios, oficiais das forças armadas ocuparam outras posições em níveis hierárquicos menos notórios.

Ao longo de todo o governo, o mandatário e seu vice não hesitaram em aludir às forças castrenses para resumir seu poder. Em meio a uma crise na cúpula armada, Bolsonaro recorreu à arenga que já havia causado desconforto entre militares: apropriou-se de “seu” exército para insistir em devaneios autoritários. Esse recurso não se restringiu à bravata, entretanto. A militarização de questões civis e a participação ativa de militares na política — tendências anteriores à eleição de Bolsonaro, em 2018 — tomaram fôlego em temas como a saúde — sobretudo em razão da pandemia de covid-19 —, a crise de refugiados e a crise climática.

Uma boiada sob estampa militar

O engajamento de militares em operações de GLO para evitar crimes ambientais e atuação na crise humanitária corroboram uma das tônicas do governo de Jair Bolsonaro: a aproximação das forças castrenses ao centro do poder e sua irradiação por áreas distintas de sua atribuição principal. No entanto, o interesse de militares brasileiros na região amazônica vem de longa data. As forças armadas brasileiras compartilham preocupações quanto à ocupação do território por onde se estende a floresta: povos originários, ambientalistas e camponeses são caracterizados como ameaças ao domínio territorial do Estado brasileiro naquela região. A esses se juntam atores internacionais interessados ora na preservação da natureza, ora na exploração dos recursos naturais, traficantes de drogas e outras ameaças. Para militares, o empenho de alguns atores para impedir a exploração desenfreada dos recursos naturais e para garantir o reconhecimento de direitos de populações originárias e povos locais representa uma possibilidade de “desnacionalização” da Amazônia.

A solução recorrente para eliminar as ameaças imaginadas pelas forças castrenses brasileiras corrobora a exploração desmedida da natureza: ocupar o território, pela extensão da malha urbana no interior do país, precedida da abertura da região à exploração de seus recursos. Esta opção política estabelece uma correspondência entre segurança, crescimento econômico e devastação ambiental. Relega-se, portanto, a segundo plano quaisquer preocupações com a preservação do meio ambiente.

Há um elemento intrigante na postura tradicional das forças armadas brasileiras diante do meio ambiente: uma concepção antiquada de território, resumida à integridade das fronteiras — seja na defesa do traçado que define a jurisdição do Estado, seja no controle da entrada de imigrantes —, mas que ignora a destruição dessa mesma terra pelo abuso de seus recursos naturais. Em agravo, parte dos lucros obtidos pela exploração das paisagens amazônicas permanece sob controle do capital estrangeiro, de empresas do agronegócio e da mineração. Em aberta contradição, vende-se a autonomia ecológica do país, imprescindível neste mundo que é o nosso, para reivindicar o controle absoluto sobre as fronteiras.

A pretensão de garantir o domínio do Estado sobre o espaço compreendido entre suas fronteiras esconde o desconhecimento sobre as questões pungentes que a crise climática apresenta ao mundo todo. Ações para conter o aquecimento global e demais consequências nefastas desta crise são urgentes; pouco importarão as fronteiras a defender quando os transtornos climáticos se tornarem ainda mais agudos.

Agentes de prevenção de fogo do IBAMA



Fonte: [IBAMA, 2019](#)

Por outro lado, as operações que descrevemos anteriormente são apenas uma face da política ambiental do atual governo. O uso da hierarquia castrense para apoiar os objetivos do governo é um dos componentes da política antiecológica mais ampla. O privilégio ao crescimento econômico se dá às custas da destruição da natureza; a exploração dos recursos naturais encontrou poucos impedimentos diante da prática de demover órgãos civis de suas atribuições na fiscalização e proteção do meio ambiente. A política atual ecoa os ditames ideológicos das forças armadas em relação ao território amazônico. Enquanto aportes milionários são devotados ao Ministério da Defesa e militares que galgam a hierarquia do governo acumulam salários² — equivalentes a

² Os dados sobre o soldo de servidores públicos podem ser consultados no Portal da Transparência. Militares da reserva que integram o governo, como ministros de Estado, cumulam a remuneração do cargo ocupado e a remuneração militar.

patentes antes removidas dos tempos de paz — órgãos como o ICMBio e o IBAMA amargam cortes orçamentários seguidos.

Os impactos negativos a esses órgãos também podem ser notados na gestão de seus recursos humanos. Ricardo Salles, ministro do Meio Ambiente entre janeiro de 2019 e junho de 2021, foi escolhido para a Esplanada dos Ministérios por seu reconhecido empenho em extinguir legislações ambientais e promover o avanço da indústria sobre áreas de preservação da natureza. Seu período no comando do Ministério do Meio Ambiente foi marcado por autoritarismo, censura aos servidores, diminuição de ações de fiscalização de crimes ambientais e de punições a seus responsáveis. No início de seu exercício, o então ministro exonerou 21 dos 27 superintendentes do IBAMA; superintendências e outras posições estratégicas para o combate a crimes ambientais foram reservadas por Salles para membros das forças armadas, policiais militares e aliados da política de devastação. É dele o clamor para que o governo, junto ao Congresso Nacional, “passe a boiada” e desfigure a legislação ambiental em prol de ruralistas e indústrias extrativistas enquanto as atenções da população e da mídia se voltam à pandemia de covid-19.

Salles foi investigado em ação da Polícia Federal por suposto envolvimento no comércio ilegal de madeira extraída da Amazônia brasileira; em meio à crise em sua pasta, foi exonerado pelo presidente da República em junho de 2021. Antes, em decorrência de sua atuação como secretário do Meio Ambiente do estado de São Paulo, Salles fora condenado em primeira instância por improbidade administrativa ao alterar o plano de manejo da Área de Proteção Ambiental do Rio



Fonte: [Rede Brasil Atual, 2021](#)

Tietê para favorecer empresas de mineração filiadas à Federação das Indústrias do estado de São Paulo. Seu sucessor na Esplanada, Joaquim Leite, embora menos noticiado, continuou a política antiecológica do governo, maquiando a destruição ambiental levada a cabo em território brasileiro por meio de dados parciais e propaganda extensiva, componentes de prática conhecida como fachada verde.

Mesmo neste cenário, persistem ações de resistência ao projeto de destruição da abundância natural e da biodiversidade brasileira em prol do crescimento econômico exasperado. Povos originários, pequenos produtores rurais, comunidades ribeirinhas e quilombolas, servidores de órgãos de fiscalização, acadêmicos e ambientalistas continuam a denunciar e envidar esforços para impedir a devastação ambiental no Brasil, enquanto se ligam aos esforços de

tantas outras pessoas ao redor do mundo que passam por situações similares. A crise climática afetará a todos e é urgente coordenar ações para impedir a destruição da natureza.

Já a Operação Acolhida é um exemplo de como o governo federal emprega o instrumento militar em cenários que não são escopo de ações das forças armadas. Em suma, o que se observa é que há uma percepção de que os militares são os solucionadores de crises, independentemente de estarem essas em seu âmbito de atuação ou não.

Observamos que, nos últimos anos, o emprego das operações de GLO tem sido banalizado e está diretamente relacionado à percepção de que apenas os militares conseguem lidar com crises, sejam estas no âmbito de segurança pública, ambiental, humanitária etc. Essa visão do militar como “solucionador de crises” e “guardião” é uma herança da ditadura civil-militar; herança esta cada vez mais presente, considerando o papel protagonista dos fardados na burocracia pública. No caso específico da Operação Acolhida, o instrumento militar foi mais uma vez utilizado sob a ótica de solução de crise. Ou seja, houve o processo de militarização da assistência humanitária aos migrantes e refugiados venezuelanos.

Leituras e materiais recomendados

Rosana Baeninger e João Carlos Jarochinski Silva (coord.)

Migrações Venezuelanas

Discurso de Txai Suruí na COP26

“Devemos estar nos centros das decisões”

GEDES- Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional

Fundado em 2001, o GEDES é um grupo multidisciplinar que reúne graduandos, pós-graduandos, mestres e doutores dedicados a analisar questões relativas à Paz, Defesa e Segurança Internacional, favorecendo a troca de informações entre seus pesquisadores através da promoção de reuniões de leitura e discussão.

Nossos produtos

- [Observatório de Política Exterior](#)
- [Observatório Sul-Americano de Defesa e FA](#)
- [Observatório de Conflitos](#)
- [Cenários Prospectivos](#)
- [ERIS – Defesa e Segurança Internacional](#)
- [ATLAS da Defesa Sul-Americana](#)
- [Rede Nacional de Estudos Estratégicos](#)
- [Dicionário de Segurança e Defesa](#)



ObDEF- Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas

O ObDEF é um observatório temático da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), constituído por docentes e discentes do curso de Relações Internacionais da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios ([Eppen](#)), e tem como missão promover o debate público sobre a defesa nacional e as relações civis-militares de forma a contribuir com o semear de uma cultura democrática

